



ACÓRDÃO Nº 401/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1544/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Órgão:** Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Advogado:** Maiara Cristina Moral da Silva – OAB nº 7.738
- 6- **Responsável:** Sra. Maria Ivone de Oliveira
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5794 / 2016 - MP- RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Exercício de 2013.

Regularidade. Determinações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular** a Prestação de Contas, exercício 2013, do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, sob responsabilidade da senhora **Maria Ivone de Oliveira**, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, dando-se quitação à Responsável, condicionado ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de que não resultaram dano ao Erário;
- 10.2- **Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:
 - 10.2.1- realize planejamento de compras a fim de que possam ser feitas aquisições de produtos da mesma natureza de uma só vez, pela modalidade de licitação compatível com a estimada totalidade do valor ser adquirido, abstendo-se de utilizar, nesses casos, o art. 24, inciso II, da Lei federal nº. 8.666/93 para justificar a dispensa de licitação, por se caracterizar fracionamento de despesas;
 - 10.2.2- observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- **Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- **Data da Sessão:** 26 de Junho de 2018.

13- **Especificação do quorum:** Mário Manoel Coelho de Mello (Presidente em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moares Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº 401/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.1- Declaração de Impedimento: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e (art. 65 do Regimento Interno)

13.2- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente, em sessão

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral